

EDUCAÇÃO CÍVICA E FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA PORTUGUESA: OPINIÕES E OPÇÕES EDUCATIVAS DOS PROFESSORES*

Carlos Alberto Gomes, Guilherme Rego da Silva
e Daniela Vilaverde e Silva

Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal

RESUMEN

Este texto parte del presupuesto ideológico y educativo de que la escuela pública debería, de manera consciente e intencional, contribuir, dentro de sus posibilidades, a la formación cívica y democrática de las nuevas generaciones. Todas las sociedades y regímenes políticos, con sistemas educativos formalmente constituidos, utilizaron la escuela para realizar lo que en lenguaje durkheimiano podríamos designar como «(...) socialización metódica de cada generación» (Durkheim, 1972, p. 82). Probablemente ese trabajo ideológico sea más visible en los regímenes dictatoriales, de índole autoritaria o incluso totalitaria. En una democracia pluralista, el respeto por diferentes visiones del mundo y de la sociedad y por las diferentes formas de estar en la vida, puede sugerir la imposibilidad o dificultad de realizar un trabajo educativo centrado en valores. No obstante, la principal conclusión de nuestra investigación es que los profesores se muestran disponibles para participar en un emprendimiento educativo que ayude a formar a los jóvenes en ideas y valores democráticos y humanistas.

PALABRAS CLAVE: educación, juventud, la ciudadanía, la democracia, la escuela pública.

ABSTRACT

«Civic Education and Democratic Education in the Portuguese State School: opinions and options of the teachers». This text takes as its ideological and educational premise that public schools should, consciously and intentionally, contribute —as far as possible— to the civic and democratic development of the younger generation. All societies and political regimes with formally constituted educational systems use schools to do what in Durkheimian terms would be designated as «methodical socialisation of the younger generation». It is highly probable that this ideological work is more obvious in dictatorial regimes, of a totalitarian nature or in fact totalitarian. In a pluralistic democracy, respect for the various visions of the world and of society and for the various possible lifestyles may make it seem impossible, or at least very difficult, to carry out an educational study focussed on values. However, the main conclusion of this research is that teachers make themselves available to participate in an educational endeavour that helps to shape young people in values and democratic and humanistic ideals.

KEY WORDS: education, youth, civic education, democracy, state school.

Primeiro, que tipo de sociedade queremos criar ou manter? Segundo, qual é o papel da educação na criação e preservação desse tipo de sociedade?

(David H. Hargreaves, *The Challenge for the Comprehensive School. Culture, Curriculum and Community*, 1982, p. 85)

INTRODUÇÃO

Neste artigo são analisados resultados de investigação sociológica sobre representações e opções educativas de professores de uma escola pública portuguesa, relativamente à contribuição da escola pública na construção e preservação de uma sociedade democrática e humanista. Assim, após um breve enquadramento metodológico, teórico e sociológico, analisamos resultados sobre três tópicos da pesquisa efectuada, a destacar: a concepção de escola como instituição social; a contribuição da escola para a formação democrática das jovens gerações; a contribuição da escola para a formação cívica das jovens gerações.

A pesquisa foi realizada na sequência de uma solicitação da referida escola dirigida ao departamento universitário de que fazem parte os três autores. Mais concretamente, a escola sugeriu a realização de um estudo em torno das temáticas da (in)disciplina, da formação cívica e da cidadania democrática, uma vez que se tratavam de áreas em que se considerava existirem dificuldades a superar.

Os resultados de investigação foram obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário a todos os professores de uma escola básica situada numa cidade do distrito de Braga, no norte de Portugal, tendo sido obtida a resposta de 38,3% dos inquiridos, correspondendo a 46 questionários preenchidos, num total de 120 professores¹. Para a análise dos resultados é importante saber que na escola as professoras constituem 84,4% do corpo docente, que a maioria dos docentes inquiridos se situa na faixa etária dos 41-45 anos, e que 23,3% dos docentes se situa entre os 5 e os 10 anos de serviço. Os inquéritos foram aplicados pela equipa de investigação em Maio de 2008, tendo as respostas sido tratadas com recurso ao programa estatístico SPSS.

* Fecha de entrada: 7/2/2012. Fecha de aceptación: 7/3/2012.

¹ Os resultados de investigação foram obtidos, entre 2006 e 2008, no âmbito do projecto «Cidadania, Civismo e (In)disciplina», no quadro de uma parceria entre o Gabinete de Políticas Educativas e Acção Organizacional do Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional da Universidade do Minho (agora integrado no Departamento de Ciências Sociais da Educação) e uma escola básica pública situada no distrito de Braga, no norte de Portugal.

1. ESCOLA E DEMOCRACIA: A FORMAÇÃO DAS JOVENS GERAÇÕES

Eis todo um programa de ação para a escola pública! Promover a formação cívica e democrática de crianças e jovens, provenientes dos mais diversos meios sociais e culturais!² Uma bem sucedida transmissão de valores cívicos e democráticos a uma população escolar tão heterogénea —na escola pública interagem crianças e jovens de diferentes classes sociais, de diferentes grupos étnicos, de diferentes culturas, de diferentes religiões, de diferentes origens geográficas, de diferentes países de origem— faria da nossa escola pública —básica e secundária— um dos principais esteios da sociedade e do Estado de direito democrático —dado que ofereceria à sociedade portuguesa sucessivas gerações de jovens formados numa «cultura comum»³, estruturada em torno de princípios cívicos, regras, valores e ideais democráticos e humanistas. O desígnio de fazer da escola pública um lugar de quotidiana formação democrática⁴ e cívica, está aliás inscrito em textos fundamentais, tais como a Constituição da República Portuguesa⁵ e a Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986⁶.

Este destaque e centralidade oficialmente conferido desde 1986 (há, portanto, 25 anos) à dimensão formativa cívica e democrática da escola pública (principalmente ao nível da escola básica), num tempo em que políticas educativas e pressões sociais sobrevalorizam as dimensões técnico-cognitivas e competitivas da escola (Gomes, 2008), significa um forte sinal de resistência às cada vez mais fortes tendências de despolitização e de dissociação da escola do importante esforço de também ela contribuir para combater as lógicas competitivas e individualistas típicas de um tempo em que em muitas sociedades se acentuam não já as meras tendências mas sim as dinâmicas individuais e colectivas da super (Giddens, 1995) ou pós-modernidade (Lipovetsky, 1988) —fim ou descrédito das grandes narrativas

² Neste artigo, quando falamos de democracia, referimo-nos a um tipo específico de democracia, a democracia liberal representativa, vigente na maior parte dos países que integram a chamada «civilização ocidental», uma civilização que de acordo com a síntese proposta por Philippe Nemo (2005, p. 11), se pode definir pelo «(...) Estado de Direito, a democracia, as liberdades intelectuais, a racionalidade crítica, a ciência e uma economia de liberdade fundada na propriedade privada».

³ Utilizamos este conceito no sentido durkeimiano, pois de acordo com este sociólogo: «É forçoso escolher. Se se dá alguma importância à existência da sociedade (...) Preciso será que a educação assegure, entre os cidadãos, suficiente comunidade de ideias e de sentimentos, sem o que nenhuma sociedade subsiste.» (Durkheim, 1972, p. 48).

⁴ Como recorda Bloom (1989, p. 26) «A educação democrática, quer admita quer não, pretende e necessita produzir homens e mulheres que possuam os gostos, conhecimentos e o carácter que sustente um regime democrático».

⁵ No artigo 43, ponto 5, da Constituição da República Portuguesa estabelece-se que «A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva»

⁶ No artigo 3, alínea c, da Lei de Bases do Sistema Educativo, estabelece-se que a educação deve «assegurar a formação cívica e moral dos jovens».



políticas, ideológicas, religiosas, neo-individualismo narcisista. É de facto muito importante que a escola pública portuguesa se mantenha fortemente comprometida com o grande projecto de defesa e preservação do Estado de direito democrático e de uma sociedade aberta, abrangente, organizada em torno de valores democráticos, humanistas e cosmopolitas⁷.

É por isso importante sublinhar claramente este ponto: em Portugal, depois do 25 de Abril de 1974 (queda da ditadura e instauração de um regime democrático) e até à actualidade, nenhuma força política, e, em particular, os partidos que mais frequentemente têm sido governo — Partido Socialista (PS), Partido Social Democrata (PSD) e Centro Democrático Social (CDS) — se opôs a um «modelo» de escola pública organizada numa lógica de prestação de um duplo serviço educativo — ao indivíduo — através do desenvolvimento das suas potencialidades — e à sociedade democrática — através de uma educação que promova a identificação dos jovens com os valores, os ideais e as regras do regime democrático. Na mesma linha, até hoje nenhuma força política se propôs eliminar ou mesmo sugerir a substancial redução da componente formativa cívica e democrática da escola pública.

2. O QUE A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA «PEDE» À ESCOLA

2.1. A PROMOÇÃO DE UMA «CULTURA CÍVICA»

Apesar de nem sempre encontrarmos uma clara distinção conceptual entre os conceitos de educação cívica e o de formação para a cidadania democrática, é importante distingui-los, até mesmo para se diferenciar, no plano pedagógico e educativo, aquilo que se espera da escola. Estamos, por assim dizer, perante duas «encomendas»: a primeira, é a de que a escola contribua para formar um cidadão (uma cidadã) com valores, atitudes e hábitos cívicos; a segunda é a de que a escola contribua para formar cidadãos com cultura, valores e ideais democráticos. No primeiro caso, trata-se de ajudar a formar pessoas que saibam viver em sociedade, respeitadoras do «bem comum», que saibam partilhar, e que, além disso, saibam adoptar uma atitude responsável face a determinados fenómenos e/ou problemas sociais ou ambientais, actualmente vividos a uma escala frequentemente global; no caso da educação para a cidadania democrática, estamos num terreno político e ideológico, e, portanto, num projecto de acção educacional que visa deliberadamente conquistar as jovens gerações para a democracia numa perspectiva de clara e consequente rejeição de ideologias e regimes políticos ditatoriais ou mesmo totalitários, como por exemplo, o fascismo, o nazismo, o estalinismo ou o maoísmo. (Gomes, 2003). Esta distinção é fundamental, pois a educação cívica é muito mais de ordem moral ou ética, não envolvendo necessariamente um posicionamento político-ideológico. Por outro

⁷ Sobre este assunto consultar o Relatório: (Comissão Europeia, 2005).

lado, não é um exclusivo das sociedades ou regimes democráticos, tendo mesmo sido activamente promovida por regimes autoritários⁸. Assim, pensando especificamente em Portugal, é possível salientar duas linhas de acção de forte potencial para a formação cívica na escola: a primeira consistiria num desejável trabalho específico ao nível da promoção do desenvolvimento da consciência cívica dos alunos, numa lógica de defesa do bem comum —respeito pelos direitos dos outros, disponibilidade para contribuir para o bem-estar social da comunidade, participação construtiva na vida pública da sociedade, respeito pelas leis do Estado de direito democrático; a segunda consistiria numa boa preparação cognitiva, cultural e ética dos jovens em temas e problemas com elevadas implicações cívicas, como são, por exemplo, o ambiente e o desenvolvimento sustentável, a segurança e sinistralidade rodoviárias, os comportamentos de risco na esfera da saúde, com particular relevo nas áreas da sexualidade e da toxicodependência.

2.2. A PROMOÇÃO DA «CIDADANIA DEMOCRÁTICA»

Um cidadão (uma cidadã) é «um membro de uma comunidade política, com direitos e deveres associados a esse facto» (Giddens, 2010, p. 687). De acordo com esta definição, a contribuição mínima da escola seria a de explicar aos jovens o que significa ser membro de uma comunidade política, um Estado-nação (Afonso & Lucio-Villegas Ramos, 2007), e em que consistem, efectivamente, os direitos e os deveres associados a esse estatuto. Seria já um importante contributo. O papel da escola, nesse domínio, é o de, muito directamente, contribuir através de projectos curriculares próprios para a formação (ou construção) de um cidadão/ã identificado/a com os ideais, os valores, as regras do Estado de direito democrático⁹. É um trabalho que se inscreve claramente num projecto político —a utilização da escola como instrumento de educação política das jovens gerações— cujo principal objectivo estratégico é o de evitar que os jovens se exponham, sem defesa, a estratégias antidemocráticas de manipulação ideológica¹⁰. Isto significa muito concretamente que em termos curriculares —em actividades a desenvolver e em conhecimentos a

⁸ Isto apesar da existência de uma certa tendência para identificar educação com democracia, como foi expresso por Anísio Teixeira (1953, p. 37) «Democracia sem educação e educação sem liberdade, são antinomias». Numa outra perspectiva, a educação para a democracia é emancipadora: «La democracia descansa sobre la formación de la voluntad de cada individuo particular, tal como se sintetiza en la institución de la elección representativa. Para que de ello no resulte la sinrazón, hay que dar por supuestos el valor y la capacidad de cada uno de servirse de su entendimiento.» (Adorno, 1998, p. 115) enquanto, por contraposição, a educação autoritária desenvolve a personalidade conformista, o súbdito. Ver também: (Mónica, 1978).

⁹ De acordo com Bloom (1989, p. 26) «Todo o sistema educacional tem uma meta moral que tenta atingir e que dá forma ao seu *currículum*. Pretende produzir uma certa espécie de ser humano. Esta intenção é mais ou menos explícita, mais ou menos resultado de reflexão».

¹⁰ A este propósito salientamos o quão apropriada continua a ser a mensagem de Orwell (1955).

transmitir— dentro e fora da sala de aula —os jovens sejam levados a construir de forma progressiva e crítica uma consistente cultura política democrática¹¹— objectivo estratégico que passa pela criação de condições e dinâmicas curriculares e pedagógicas que assegurem que os alunos fiquem de facto a saber o que é a democracia e a sua história, o que é um Estado de direito democrático, quais são os principais valores democráticos, os processos históricos que possibilitaram a conquista dos modernos direitos civis, políticos e sociais¹², quais são as principais diferenças entre a democracia e a ditadura, totalitária ou não¹³.

3. RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO —ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES E OPÇÕES EDUCATIVAS DE PROFESSORES

Nesta secção, dedicada à apresentação e análise dos resultados de investigação, apresentaremos sucessivamente resultados (ou seja, respostas ao inquérito por questionário) que evidenciam as representações —opiniões e opções— dos professores respondentes sobre o que deve ser a escola como instituição social, sobre o que deve ser a escola pública, sobre o que deve ser o contributo da escola pública para a formação de uma cultura cívica em Portugal, sobre o que deve ser o contributo da escola para a formação de cidadãos e cidadãs com cultura, sensibilidade e espírito democráticos.

¹¹ É importante deixar claro que não existe apenas um, mas sim vários discursos —perspectivas ideológicas, teorias— sobre a democracia e sobre a cultura e a cidadania democrática. É um tema que interessa a várias e muitas vezes antagónicas correntes teórico-ideológicas, no campo da ciência política ou da sociologia política, e é também evidente que a identificação com a democracia é reivindicada por múltiplas formações partidárias e que nem todas essas formações se identificam com a democracia liberal/representativa dominante no chamado «mundo ocidental». Estamos pois perante um fenómeno não de ressemantização mas sim de plurisignificação da palavra/conceito democracia.

¹² A este propósito salientamos o excelente artigo de Rob Gilbert, intitulado «Citizenship, Education and Postmodernity, de 1992.

¹³ Analisando comparativamente as ditaduras Hitler na Alemanha Nazi e a de Estaline na Rússia, o historiador Richard Overy (2005, p. 218), sintetiza algo que foi essencial nessas ditaduras: «O terror foi sempre considerado uma característica distintiva das ditaduras modernas; havia a ideia de que o medo acorrentava os milhões de indivíduos que não se deixavam seduzir pela propaganda. E, ainda, segundo esse raciocínio, o Estado de terror era não só indiscriminado como omnipresente». Os regimes totalitários são assim caracterizados por Jean-Marie Domenach (1997, pp. 277-278) «(...) O primado do colectivo sobre o individual traduz-se pelo reino do partido único. As diversas associações encontram-se ou dissolvidas ou ligadas ao partido único: tanto as associações de escritores como os clubes desportivos. A pluralidade dos grupos, indispensável à democracia, desaparece dando lugar a um enquadramento da população. O estado que ocupa todo o espaço político toma também as rédeas da economia através das nacionalizações e começa a orientá-la para a planificação. Confunde-se virtualmente com a sociedade, impedindo assim toda e qualquer oposição, todo e qualquer recurso, todo e qualquer diálogo. (...) Assim se desenha uma figura comum aos regimes fascistas, nazis e comunistas, cujo traço essencial é o domínio completo de uma ideologia e de um partido que asseguram o seu monopólio sobre a sociedade (...)».

QUADRO 1. CONCEPÇÃO E OBJECTIVOS DA ESCOLA PÚBLICA

	GRUPOS ETÁRIOS																	
	Até aos 35 anos						36 a 50 anos						51 ou mais anos					
	Sim		Não		Sem Opinião		Sim		Não		Sem Opinião		Sim		Não		Sem Opinião	
%	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	
Ser um espaço de reflexão e de diálogo entre os vários actores educativos	91,7	11	0	0	8,3	1	100	21	0	0	0	0	100	10	0	0	0	0
Educar/integrar e formar para a cidadania interventiva	100	12	0	0	0	0	100	21	0	0	0	0	100	10	0	0	0	0
Formar cidadãos conscientes, responsáveis e mais participativos	100	12	0	0	0	0	100	21	0	0	0	0	100	10	0	0	0	0
Contribuir para criar uma sociedade mais aberta e pluralista, mais multicultural, mais justa e mais democrática	91,7	11	0	0	8,3	1	90	19	5	1	5	1	100	10	0	0	0	0
Combater as desigualdades e exclusão social	100	12	0	0	0	0	89,4	19	5,3	1	5,3	1	100	10	0	0	0	0

Obs: no intervalo de idades até aos 35 anos responderam 12 professores; entre os 36 e os 50 anos responderam 21 professores; nos professores com mais de 50 anos responderam 10.

Procurámos saber se a variável idade (que traduz diferentes experiências de vida) produziria diferenças significativas ao nível das representações dos professores inquiridos. Considerámos por isso três sub-grupos: 1) docentes com idades até 35 anos; 2) docentes com idades compreendidas entre os 36 e 50 anos; e, 3) docentes com 51 anos ou mais. As respostas direccionam-se, de forma unânime, para uma concepção de escola orientada para *educar/integrar, formar para a cidadania interventiva e formar cidadãos conscientes, responsáveis e mais participativos*. As opções *ser um espaço de reflexão e de diálogo entre os vários actores educativos, combater as desigualdades e exclusão social e contribuir para criar uma sociedade mais aberta e pluralista, mais multicultural, mais justa e mais democrática* constituem também opções bastante concordantes entre os três sub-grupos de docentes. Mas é também importante na leitura sociológica dos resultados salientar alguns sinais (alguns resultados) que sugerem a necessidade de relativizar a aparente unanimidade de perspectivas; por exemplo, os 8,3% (n=1) de docentes da faixa até aos 35 anos, que declararam não ter opinião sobre se a escola deve contribuir para criar uma sociedade mais aberta, e pluralista (...). Será que esses professores consideram estar perante uma excessiva politização da escola pública? A mesma hipótese explicativa poderá ser colocada na faixa de docentes situados entre os 36 e os 50 anos.



QUADRO 2. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS DA ESCOLA PÚBLICA

	Sim		Não		Sem Opinião	
	%	N	%	N	%	N
Aquisição de valores de participação cívica	100	46	0	0	0	0
Igualdade de oportunidades	100	46	0	0	0	0
Contribuir para a formação de cidadãos críticos	100	46	0	0	0	0
Educação para solidariedade, liberdade e autonomia	100	46	0	0	0	0
Sucesso educativo, numa perspectiva de formação integral	97,8	45	0	0	2,2	1
Abertura ao trabalho em equipa	97,8	45	0	0	2,2	1
Aceitação do multiculturalismo e integração da diversidade	95,4	44	2,3	1	2,3	1
Abertura ao pluralismo e aos valores democráticos	95,1	44	0	0	4,9	2
Abertura ao meio e à comunidade	95,1	44	0	0	4,9	2
Prioridade aos critérios pedagógicos	86,2	40	5,1	2	8,1	4
Educação compreensiva, integradora e inclusiva	86	40	2,3	1	11,7	5
Ação educativa humanista centrada no aluno	79,5	37	5,1	2	15,4	7

Obs: nesta questão o total de respondentes é 46 professores.

Os primeiros quatro princípios educativos da escola, que o quadro apresenta, obtiveram a concordância unânime dos docentes, incluindo o princípio de igualdade de oportunidades que representa um dos grandes pilares da cidadania democrática. Esta unanimidade pode ser lida como um sucesso ao nível da formação de professores nas últimas décadas e também como manifestação de uma maturidade do discurso democrático na sociedade portuguesa. Os cinco princípios seguintes, com resultados de adesão acima dos 95% ajudam a reforçar a conclusão obtida relativamente aos princípios anteriores. Já os três últimos princípios, mesmo obtendo uma larga maioria mostram algumas hesitações, cuja leitura não poderá deixar de ser proveitosa: hesitações quanto à ideia de considerar prioritária a dimensão pedagógica, face à dimensão instrucional; hesitações quanto ao significado e consequências práticas das políticas de educação inclusiva e integradora; também hesitações quanto aos limites e consequências do moderno pedocentrismo. A atitude mais cautelosa, e provavelmente mais ambivalente da parte de alguns professores, exprime hesitações quanto à execução e significado prático de certas políticas educativas, que não parecem diferentes das mesmas reticências que existem em alguns sectores sociais e numa parte da população e são linhas de clivagem evidentes no moderno debate no campo das políticas educativas e da sua implementação concreta.

QUADRO 3. PROMOÇÃO DA CIDADANIA DEMOCRÁTICA

	ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA											
	Esquerda						Direita					
	Sim		Não		Sem Opinião		Sim		Não		Sem Opinião	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Educação para a cidadania	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
Promoção de valores de participação cívica, respeito por si e pelos outros, solidariedade, cooperação	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
Promover debates e colóquios abertos à comunidade	100	9	0	0	0	0	63,6	7	0	0	36,4	4
Organizar tertúlias com temas actuais de carácter pedagógico, didáctico, cultural e social	100	9	0	0	0	0	54	6	0	0	46	5
Estimular a participação activa dos alunos na escola e na sociedade	100	9	0	0	0	0	91	10	0	0	9	1
Consolidação da gestão escolar participada	78	7	0	0	22	2	36,1	4	0	0	63,9	7
Segurança na circulação rodoviária	89	8	0	0	11	1	72,7	8	0	0	27,3	3
A defesa do património	89	8	0	0	11	1	81,8	9	0	0	18,2	2
O cumprimento de regras	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
A luta contra a violência e a promoção de uma cultura de paz	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
Os direitos humanos	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
O respeito pela vida e pela saúde	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
O respeito pela cultura e o equilíbrio ecológico	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
A aceitação da diferença	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0

Obs: nesta questão solicitámos aos professores que se auto-posicionassem do ponto de vista da sua orientação ideológica. A esta questão dos 46 professores que preencheram o inquérito, responderam apenas 20 professores (43,5%).

Inquirimos os docentes no sentido de saber se concordavam ou não com as estratégias pedagógicas propostas como meio de desenvolvimento da cidadania dentro da esfera escolar. O cruzamento com a orientação ideológica dos docentes (variável sociológica muito significativa, uma vez que a orientação ideológica influencia ou mesmo determina muitas opções e atitudes na vida e no exercício da profissão) mostra que estes concordam, de forma unânime, com a maioria dos itens propostos, não só com o próprio conceito de cidadania democrática, mas também

com outros itens, tais como: a *promoção de valores de participação cívica, o respeito por si e pelos outros, a solidariedade, a cooperação, o cumprimento de regras, a luta contra a violência e a promoção de uma cultura de paz, os direitos humanos, o respeito pela vida e pela saúde, o respeito pela cultura e o equilíbrio ecológico e a aceitação da diferença*. Contudo, registámos maior divisão em alguns itens, designadamente no item *consolidação da gestão escolar participada*, na qual os professores de esquerda concordaram em maioria (78%, n=7), ao contrário dos professores de direita, que afirmaram não ter opinião formada sobre o assunto (63,9%, n=7). Estaremos, neste último caso, perante uma atitude de reserva ou mesmo oposição ao que pode ser considerado um excesso de poder dos alunos na escola com a consequente diminuição da autoridade dos professores?

Ao nível das estratégias de acção, os professores de esquerda concordaram totalmente em promover debates e colóquios abertos à comunidade, organizar tertúlias com temas actuais de carácter pedagógico, didáctico, cultural e social e estimular a participação activa dos alunos na escola e na sociedade como forma de promoção da cidadania democrática. No entanto, os docentes de direita, provavelmente mais receosos das dinâmicas reivindicativas dos alunos, não se identificaram totalmente com estas estratégias de acção, apresentando resultados mais difusos: 63,6% (n=7), 54% (n=6) e 91% (n=10), respectivamente.

QUADRO 4. PRINCIPAIS VALORES CÍVICOS

	ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA											
	Esquerda						Direita					
	Sim		Não		Sem Opinião		Sim		Não		Sem Opinião	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Participação cívica	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
Saber viver em conjunto	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
Solidariedade e entreatajuda	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
Aceitação da diferença (sexual, étnica, cultural)	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
Respeito pelo meio ambiente	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
Respeito pelos animais	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
Respeito pelas regras rodoviárias	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
Respeito pelas leis do Estado de Direito	100	9	0	0	0	0	90,9	10	0	0	9,1	1
Respeito pelos outros	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
Respeito pelos bens e espaços comuns	100	9	0	0	0	0	100	11	0	0	0	0
Liberdade responsável	88,9	8	0	0	11,1	1	100	11	0	0	0	0

De forma unânime, os docentes, quer de esquerda, quer de direita, consideraram que a escola pública se deve esforçar por educar os jovens em valores característicos das sociedades democráticas, tais como: a *participação cívica*, o *saber viver em conjunto*, a *solidariedade* e a *entretajuda*, a *aceitação da diferença* (sexual, étnica, cultural), o *respeito pelo meio ambiente*, *pelos animais*, *pelas regras rodoviárias*, *pelas leis do Estado de Direito*, *pelos bens e espaços comuns*. Aqui é interessante sublinhar, talvez por ser de algum modo inesperado, a unanimidade total (100%) entre os professores de esquerda e de direita no que se refere ao item aceitação das diferenças nos planos sexual, étnico e cultural.

QUADRO 5. TEMAS E MÉTODOS PARA A FORMAÇÃO CÍVICA

	Grupos Etários																	
	Até aos 35 anos						36 a 50 anos						51 ou mais anos					
	Sim		Não		Sem Opinião		Sim		Não		Sem Opinião		Sim		Não		Sem Opinião	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%	n	%	N	%	n
Violência	100	12	0	0	0	0	100	21	0	0	0	0	100	10	0	0	0	0
Educação ambiental	100	12	0	0	0	0	100	21	0	0	0	0	90	9	10	1	0	0
Educação para a saúde	100	12	0	0	0	0	100	21	0	0	0	0	90	9	0	0	10	1
Educação rodoviária	100	12	0	0	0	0	78,7	18	7,1	1	14,2	2	80	8	0	0	20	2
Educação sexual	100	12	0	0	0	0	92,9	20	7,1	1	0	0	80	8	20	2	0	0
Educação para os direitos humanos	100	12	0	0	0	0	100	21	0	0	0	0	90	9	10	1	0	0
Educação para o uso crítico dos media	57,6	7	0	0	42,4	5	73,3	17	7,1	1	18,6	3	70	7	20	2	10	1
Regras de convivência e trato social (regras de conduta social)	100	12	0	0	0	0	100	21	0	0	0	0	100	10	0	0	0	0
Trabalho de projecto	66,7	8	8,3	1	25	3	77,9	18	0	0	21,1	3	80	8	20	2	0	0
Debate	66,7	8	0	0	33,3	3	85,8	19	0	0	14,2	2	80	8	20	2	0	0
Leitura e comentário de textos	75	9	0	0	25	3	100	21	0	0	0	0	100	10	0	0	0	0
Visionamento de filmes	75	9	0	0	25	3	100	21	0	0	0	0	100	10	0	0	0	0
Análise crítica dos meios de comunicação	66,7	8	0	0	33,3	3	77,9	18	0	0	21,1	3	80	8	0	0	20	2
Jornal na escola	75	9	0	0	25	3	92,9	20	0	0	7,1	1	80	8	20	2	0	0
Rádio escolar	28,6		14,3		57,1		43,4	10	21,3	3	35,6	8	50	5	50	5	0	0
Celebração de datas, acontecimentos	83,4	10	0	0	16,6	2	85,8	19	7,1	1	7,1	1	100	10	0	0	0	0
Colaboração em campanhas de voluntariado e de solidariedade	100	12	0	0	0	0	92,9	20	0	0	7,1	1	90	9	10	1	0	0

Os docentes seleccionaram, unanimemente, as temáticas da violência e das regras de convivência e trato social (regras de conduta social). As opções educação ambiental, educação para a saúde, educação para os direitos humanos, colaboração em campanhas de voluntariado e de solidariedade constituíram preferências com percentagens bastante elevadas, tendo concordância unânime em algumas faixas etárias. Educação rodoviária e educação sexual foram escolhas seleccionadas por todos os docentes com idades até aos 35 anos. Os docentes com idades superiores a 36 anos escolheram por maioria estas opções. Por sua vez, as opções leitura e comentário de textos, visionamento de filmes e celebração de datas e acontecimentos representaram opções escolhidas unanimemente pelos docentes com mais de 35 anos e pela maioria dos docentes com idades inferiores a 35 anos. As opções relacionadas com os métodos pedagógicos para o desenvolvimento da formação cívica, tais como, a educação para o uso crítico dos media, a análise crítica dos meios de comunicação, o jornal na escola, a rádio escolar e o trabalho de projecto, foram as opções com resultados mais dispersos pelos três grupos etários.

CONCLUSÃO

Considerando o conjunto dos resultados alcançados julgamos ser interessante evidenciar alguns dos que nos pareceram mais significativos do ponto de vista da adesão dos professores a alguns dos objectivos, princípios, valores e temas para uma acção educativa consistente nas áreas da educação cívica e da formação para a cidadania democrática: a educação para uma cidadania interventiva, a contribuição da escola para a construção de uma sociedade mais aberta, pluralista, multicultural, justa e democrática (cf. Quadro 1), a aquisição de valores de participação cívica e a contribuição para a formação de cidadãos críticos, a abertura ao meio e à comunidade (cf. Quadro 2), a promoção de valores de participação cívica, o respeito por si e pelos outros, a solidariedade e a cooperação, estimular a participação activa dos alunos na escola e na sociedade, o cumprimento de regras, a promoção de uma cultura de paz, a defesa dos direitos humanos (cf. Quadro 3), o saber viver em conjunto, a aceitação das diferenças sexuais, étnicas e culturais, o respeito pelo meio ambiente, o respeito pelas leis do estado de direito, o respeito pelos bens e espaços comuns e a prática de uma liberdade responsável (cf. Quadro 4), a abordagem na educação cívica de temas como a violência, a educação rodoviária, a educação sexual, a educação para a saúde. (cf. Quadro 5).

Estes temas estão em perfeita sintonia com o que está estabelecido na nossa Lei de Bases do Sistema Educativo, um documento que deve servir como importante ponto de referência para a acção educativa na escola pública¹⁴. Mas não temos a

¹⁴ Como enfatizam Philippe Meirieu e Pierre Frackowiak (2009, p. 19): «Quer o explicito ou não, toda a sociedade dispõe de um projecto educativo. E, através desse projecto, ela dá de si uma representação do seu futuro». Concordando com este enunciado geral, pensamos que talvez seja mais

certeza de que as orientações para a acção consignadas na referida Lei tenham sido bem entendidas ou mesmo aceites de modo consensual por todos os professores que actuam na escola pública. Admitimos mesmo a possibilidade de, para os professores, ser mais fácil obter posições consensuais em matéria de educação cívica — por exemplo, na educação ambiental, na educação para a saúde, na educação rodoviária, no respeito pelos animais, no respeito pelos bens e espaços comuns — do que em matéria de formação para a cidadania democrática. A nossa escola pública é hoje toda feita de diversidade e de diferenças e algumas dessas diferenças contêm, em si mesmas, um potencial de tensão conflitual. É uma escola pública com alunos provenientes de várias classes e meios sociais e culturais, multi-étnica e multi-racial e também multi-nacional Assim são hoje os nossos alunos e alunas nas nossas escolas básicas e secundárias. Ora a Lei de Bases propõe que a todos esses alunos, sejam transmitidos um conjunto articulado de valores e ideais, que constituam como que uma ‘cultura comum’, ou seja, um conjunto de valores e perspectivas e atitudes sobre o mundo e a vida, a serem desejavelmente interiorizados, de modo crítico, por alunos provenientes de meios sociais, culturais e familiares muito diferentes.

E os professores, por seu lado, nas opções pedagógicas e educativas, e nos estilos de vida, serão um bloco ideológico e culturalmente homogéneo? Não serão eles também marcados por significativas diferenças ideológicas, partidárias, culturais, na formação académica e profissional, nos valores, opções educativas e pedagógicas e estilos de vida? Por exemplo, estarão todos os professores de acordo com a inclusão da educação sexual no currículo da escola? E mesmo estando concordarão todos com o ‘programa’ oficialmente sugerido? Por outro lado estarão todos os professores de acordo com a construção de uma escola multicultural ou com a opção oficial por uma escola inclusiva? Terão todos os professores uma explicação e uma posição idêntica no que se refere ao fenómeno da violência e da indisciplina na escola? Partilharão as mesmas concepções e opções pedagógicas? Os professores conhecem bem a resposta a estas inquietantes questões: sabem bem que são muito diferentes entre si, e que, por isso, correm permanentemente o risco de, como se costuma dizer, ‘cada um ficar na sua’, sem qualquer motivação ou vontade de empreender uma acção colectiva alicerçada em valores, objectivos e ideais consensualmente construídos com base num diálogo interprofissional democrático.

Corre-se portanto o risco de um impasse paralisante na acção educativa na escola pública, com os professores rigidamente acorrentados numa posição ultra-defensiva, com vista a evitar conflitos no seio do grupo profissional e com outros sectores da chamada comunidade educativa, em particular com os pais e encarregados de educação. Parece pois importante recordar o facto de a educação cívica e

acertado reconhecer que nas sociedades organizadas segundo o modelo da democracia pluralista não existe um, mas sim vários projectos educativos, podendo dizer-se que, por exemplo, em rigor cada partido tem o seu próprio projecto, estruturado com base nos seus valores políticos, ideologias, teorias, convicções educacionais e pedagógicas, definição do papel da educação escolar na sociedade e ideias ou projectos sobre a contribuição da educação escolar para outras dimensões da sociedade, por exemplo, a dimensão económica.





a formação para a cidadania democrática assentarem em valores e ideais historicamente construídos, em aquisições civilizacionais¹⁵, e que são esses valores e ideais que devem ser transmitidos aos jovens (a escola é feita para os alunos...) com base em pedagogias e processos didáticos pensados numa lógica democrática e humanista. Essa cultura comum não é pois a cultura de cada professor individualmente considerado, mas sim a cultura cívica e democrática que a sociedade portuguesa, através dos mecanismos políticos e institucionais próprios considera importante transmitir aos jovens. O que se pretende afinal com a educação cívica e a formação para a cidadania democrática nas nossas escolas públicas? Não ‘socializar metodicamente’ os jovens através de processos de inculcação com o objectivo de criar jovens modelo, ‘muito bem comportados’, acríticos e sem capacidade reivindicativa (Formosinho, 1987), totalmente submersos na sociedade hiperconsumista (Lipovetski, 2007) em que vivemos (ou vivíamos...). O que se pretende é, antes pelo contrário, que jovens, rapazes e raparigas, de meios e características sociais e culturais muito diversos, se preparem para viver, não num paraíso, mas sim numa sociedade e num mundo muito complexos, com muitos factores de risco e de incerteza. Mas esse mundo será certamente melhor (Popper, 1989) se for possível, não só através da escola, formar (Durkheim diria socializar) sucessivas gerações de jovens em valores cívicos, democráticos e humanistas (Estêvão, 2008). É essa pois a resposta a dar às questões cruciais colocadas em epígrafe por David Hargreaves: «Primeiro, que tipo de sociedade queremos criar ou manter? Segundo, qual é o papel da educação na criação e preservação desse tipo de sociedade?». A sociedade que se pretende criar e manter é, sem dúvida, a sociedade democrática¹⁶. E o papel da educação e dos professores é o de contribuírem, dentro das suas possibilidades, saberes e recursos profissionais, para a preservação da democracia, enquanto sociedade aberta, abrangente, pluralista e livre. Esta é aliás uma tarefa de que os professores se deveriam orgulhar —e quem conhece de perto as escolas públicas portuguesas sabe que muito já se faz em termos de educação cívica e cidadania democrática— e que a sociedade portuguesa deveria conhecer, valorizar e agradecer!

¹⁵ Como explica Norbert Elias (2006, p. 79), «o conceito de ‘civilização’ refere-se a factos de natureza muito diversa: ao estado de evolução da técnica, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento do conhecimento científico, a ideias e práticas religiosas. Pode referir-se tanto ao modo de viver, ou de conviver, de homem e mulher como à forma de penalização judicial ou de preparação da comida. Vendo bem, quase não há nada que não se possa fazer de forma civilizada ou incivilizada.»

¹⁶ Como recorda Philippe Nemo (2005, pp. 87-88): «As insurreições huguenotes em França, a guerra de libertação dos holandeses contra os espanhóis, as duas revoluções inglesas, a Revolução Americana, a Revolução Francesa de 1789-1792 (...), o Risorgimento italiano, acontecimentos similares, mas tardios e dispersos, na Alemanha e em outros países europeus criaram as instituições democráticas e liberais dos nossos países ocidentais modernos: a democracia representativa, o sufrágio universal, individual livre e secreto, a separação de poderes, uma justiça independente, uma administração neutra, os mecanismos de protecção dos direitos do homem, a tolerância religiosa, a liberdade de investigação científica, as liberdades académicas, a liberdade de imprensa, a livre iniciativa e a liberdade do trabalho, a protecção da propriedade privada material ou imaterial e o respeito pelos contratos».

A aplicação efectiva de um «programa» de educação cívica e de formação para a cidadania democrática implica necessariamente um trabalho de consciencialização individual e colectiva e a construção de consensos no interior do grupo docente. O presente trabalho parece indicar a possibilidade desse consenso operacional, pois os professores manifestam de forma clara e expressiva a sua adesão a um modelo de escola pública centrado em valores e ideais democráticos e humanistas historicamente construídos. Finalmente, julgamos que é importante assumir no que se refere à formação para a cidadania democrática de que se está claramente a actuar no campo da educação política democrática das jovens gerações, só que de um modo muito diferente daquele que caracteriza as estratégias e os métodos de controlo social, inculcação e manipulação ideológica utilizadas pelos regimes políticos ditatoriais¹⁷. Com efeito, a escola pública democrática, sendo inevitavelmente um contexto ideológico, não pode contudo ser vista como um aparelho ideológico de estado, uma máquina de propaganda e de exaltação de um dado regime ou líder (Althusser, 1977). Nela, a educação política democrática e humanista das jovens gerações realiza-se de modo aberto, dialógico, discutindo, problematizando criticamente, e não impondo valores (Afonso, 1990), apoiando-se na preservação de dinâmicas que por si só constituem momentos de formação democrática —na relação pedagógica na sala de aula (Gomes, 2009), na participação dos alunos nos órgãos de gestão (Lima, 1988), no associativismo estudantil (Lima, 1998), em acções de formação com personalidades convidadas, com a aprendizagem, não superficial, de certos conceitos importantes para a integração e convivência (Estêvão, 2008) nas sociedades abertas e democráticas, com a aquisição de conhecimentos marcantes sobre a ditadura salazarista em Portugal e sobre a revolução democrática de 25 de Abril de 1974, em visitas de estudo, em Semanas Culturais, com a indicação, pelos professores, de certos livros, filmes ou peças de teatro que abordem temas importantes para a formação democrática dos jovens, enfim, um conjunto o mais imaginativo e atraente possível para as novas gerações. Trata-se pois de proporcionar oportunidades de efectiva educação cívica e formação democrática e humanista através de uma pedagogia democrática, na qual as palavras-chave são ensinar, aprender, dialogar, esclarecer, aprofundar, sensibilizar e não inculcar, pressionar, ou ‘formatar’ ideologicamente as crianças e os jovens. Tudo isto, sem contudo a escola assumir como sendo apenas sua a responsabilidade de todo o importantíssimo trabalho de educação cívica e democrática das sucessivas gerações de crianças e jovens que por ela passam, pois esse é um esforço a partilhar com outros protagonistas que agem em múltiplos contextos sociais e institucionais de índole educativa ou com potencial educativo nos planos da educação cívica e democrática como, por exemplo, a família, a igreja, os *mass-media*, os partidos políticos, movimentos sociais, etc.

¹⁷ Como sublinha Francis Fukuyama (2011, p. 144): «Não há democracia sem democratas, isto é, sem um homem especificamente democrático, que deseja e dá forma à democracia, sendo, por sua vez, formado por ela».



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. (1998). *Educación para la Emancipación*. Madrid. Ediciones Morata.
- AFONSO, Almerindo Janela (1990). «Do endoutrinamento à educação de valores democráticos: o percurso da socialização normativa nos últimos anos da escola portuguesa», in L. Almeida *et al* (orgs), *A Acção Educativa. Análise Psico-Social*. Leiria. ESSE/APPORT.
- AFONSO, Almerindo Janela & LUCIO-VILLEGAS RAMOS, Emílio (2007). «Estado-nação, educação e cidadanias em transição», in *Revista Portuguesa de Educação*, volume 20, número 1, pp. 77-96.
- ALTHUSSER, Louis (1977). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa. Livros Horizonte.
- BLOOM, Allan (1989). *A Cultura Inculta. Ensaio Sobre o Declínio da Cultura Geral*. Lisboa. Publicações Europa-América.
- COMISSÃO EUROPEIA (2005). *A Educação para a Cidadania nas Escolas da Europa (com anexo sobre a situação em Portugal)*. Lisboa. Eurydice, Unidade Portuguesa/GIASE.
- DOMENACH, Jean-Marie (1997). *Abordagem à Modernidade*. Lisboa. Instituto Piaget.
- DURKHEIM, Émile (1972). *Educação e Sociologia*. São Paulo. Edições Melhoramentos.
- ELIAS, Norbert (2006). *O Processo Civilizacional*. Lisboa. Publicações Dom Quixote.
- ESTÊVÃO, Carlos Vilar (2007). «Direitos humanos, justiça e educação», in *Educação, Sociedade & Culturas*, núm. 25, pp. 43-81.
- (2008). «Educação, Conflito e Convivência Democrática», in *Ensaio, Avaliação de Políticas Públicas em Educação*, núm. 61, v. 16, pp. 503-513.
- FORMOSINHO, João (1987). *Educating for Passivity: A study of portuguese education (1926-1968)*. Tese de doutoramento policopiada.
- FUKUYAMA, Francis (2011). *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa. Gradiva.
- GIDDENS, Anthony (1995). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras. Celta Editora.
- (2010). *Sociologia*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- GILBERT, Rob (1992). «Citizenship, Education and Posmodernity», in *British Journal of Sociology of Education*, vol. 13, núm. 1, p. 63.
- GOMES, Carlos Alberto (1997). «A Escola Segundo os Alunos», in *Educação, Sociedade & Culturas*, núm. 7, pp. 177-186.
- (2003). «Democracia Política e Cidadania Democrática no Ensino Secundário», in José da Silva Ferreira & Carlos v. Estêvão, *A Construção de uma Escola Cidadã. Público e Privado em Educação*, pp. 43-52.
- (2008). «Escola Pública em Portugal: o grau zero da formação cívica e democrática?», in *Formação ao Centro, Centro de Formação da Associação de Escolas Braga/Sul, Boletim Informativo*, núm. 15, Janeiro, pp. 56-58.
- (2009). *Guerra e Paz na Sala de Aula. Pesquisa e Análise Sociológica em Escolas Portuguesas*. Cascais. Rui Costa Pinto Edições.
- HARGREAVES, David (1982). *The Challenges for the Comprehensive School. Culture, Curriculum and Community*. Routledge & Kegan Paul.
- LIMA, Lício C. (1988). *Gestão das Escolas Secundárias. A Participação dos Alunos*. Lisboa. Livros Horizonte.

- (dir.) (1998). *Por Favor, Elejam a B - O Associativismo Estudantil na Escola Secundária*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- LIPOVETSKY, Gilles (1988). *A Era do Vazio. Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo*. Lisboa. Relógio D'Água.
- Lipovetsky, Gilles (2007). *A Felicidade Paradoxal. Ensaio Sobre a Sociedade do Hiperconsumo*. Lisboa. Edições 70.
- MEIRIEU, Philippe & FRACKOWIAK, Pierre (2009). *L'Éducation, peut-elle être encore au coeur d'un project de société?* La Tour d'Aigues. Éditions de l'Aube.
- MÓNICA, Maria Filomena (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Porto. Editorial Presença.
- NEMO, Philippe (2005). *O Que é o Ocidente?* Lisboa. Edições 70.
- ORWELL, George (1955). *1984*. Lisboa. Editora Ulisseia.
- OVERY, Richard (2005). *Os Ditadores. A Alemanha de Hitler e a Rússia de Estaline*. Lisboa. Bertrand Editora.
- POPPER, Karl R. (1989). *Em Busca de um Mundo Melhor*. Lisboa. Fragmentos.
- TEIXEIRA, Anísio S. (1953). *Educação para a Democracia: Introdução à Administração Educacional*. São Paulo. Companhia Editora Nacional.

LEGISLAÇÃO E NORMATIVOS

- Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de Agosto (Constituição da República Portuguesa)
Lei nº 46/1986, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)